

ART. 19 DO MARCO CIVIL DA INTERNET: SEGURANÇA JURÍDICA E EFICIÊNCIA NA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS NA INTERNET



O novo regime legal não dificultou a remoção de conteúdo da internet, nem gerou um aumento da judicialização. Pelo contrário, ao racionalizar o sistema, estabilizou a quantidade de ações e diminuiu seu tempo de tramitação, permitindo que o Judiciário se concentre nos casos difíceis e que as respostas sejam mais rápidas

O QUE É O ESTUDO

- O **estudo de jurimetria** avaliou o impacto do Marco Civil da Internet sobre a litigiosidade em torno da remoção de conteúdo na internet, com objetivo de contribuir para a discussão, no Supremo Tribunal Federal, sobre o regime de responsabilização civil dos provedores de aplicações de internet por conteúdo gerado pelos usuários (Temas de Repercussão Geral nºs 533 e 987)



COMO O ESTUDO FOI FEITO

11 ANOS DE DADOS DO YOUTUBE

Para a primeira análise, foram estudadas **729 ações** de remoção de conteúdo do **YouTube** ajuizadas no Estado de SP (2009 e 2019)



VALIDAÇÃO COM DADOS PÚBLICOS

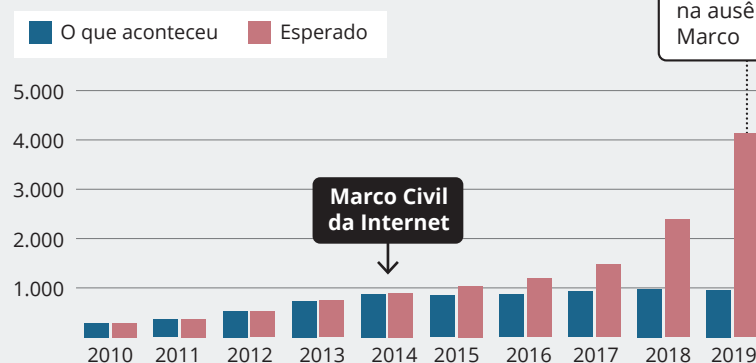
Com o objetivo de validar os resultados obtidos na base de dados interna e verificar sua representatividade no volume geral de ações, a **Terranova**, consultoria estatística **especializada em jurimetria**, também coletou, estruturou e **analisou mais de 8.000 ações de mesma natureza** dos principais provedores de aplicação do país provenientes de cinco tribunais estaduais

- Os modelos estatísticos e análises realizadas mostraram que os dados do YouTube **são representativos**, que os **resultados são consistentes** em ambas as bases e que **não levam a conclusões contraditórias**

RESULTADOS: ART. 19 MARCO CIVIL É EXEMPLO DE IMPACTO REGULATÓRIO POSITIVO

MENOS AÇÕES JUDICIAIS

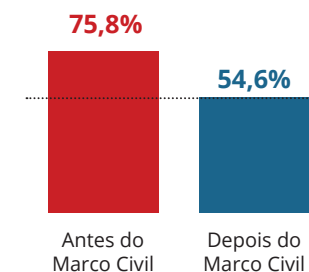
O Marco Civil **evitou mais de cinco mil novas demandas** judiciais ao longo dos últimos 5 anos, nos tribunais mapeados no estudo de jurimetria



Número total de ações ajuizadas no período poderia ser **115%** maior na ausência do Marco

MAIS SEGURANÇA JURÍDICA, MENOS RECURSOS

TAXA DE RECORRIBILIDADE



APLICAÇÃO EFICIENTE DE POLÍTICAS CONTRA CONTEÚDO NOCIVO

- A racionalização não afastou a tutela jurídica. Seguindo tendências modernas na administração da justiça, a vigência do Marco Civil veio acompanhada de maior eficiência nos mecanismos extrajudiciais. Os provedores de aplicação têm removido mais conteúdo tóxico, permitindo que o Judiciário se concentre nos casos difíceis que envolvem a ponderação elaborada de direitos fundamentais

- Os usuários têm acesso a ferramentas cada vez mais eficientes para a remoção de conteúdo enganoso ou nocivo, como discurso de ódio, violento ou abusivo. Só no YouTube, a quantidade de remoções extrajudiciais aumentou, em média, em cerca de **10% por ano**

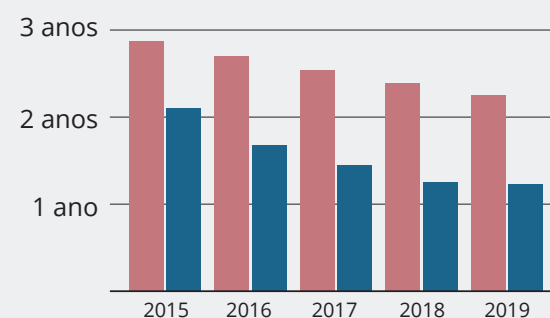
O volume esperado de ações foi estimado com base em modelos estatísticos que levaram em consideração a evolução histórica do número de casos e características sociais, como o acesso à internet e volume de usuários

SOLUÇÕES MAIS RÁPIDAS

- O estudo identificou uma **tendência generalizada de redução no tempo** de duração dos processos judiciais nos últimos anos como consequência do aumento da eficiência do Poder Judiciário
- Em especial, nos casos envolvendo o YouTube, essa redução foi ainda mais significativa, alcançando o patamar de 45%. Isso ocorreu em razão do **maior grau de segurança jurídica produzido pelo art. 19 do Marco Civil da Internet** e da redução expressiva na taxa de recorribilidade nas ações envolvendo o YouTube



Tempo mediano



Tempo mediano nos casos do YouTube foi **reduzido em 45%**: de 2,5 para 1,4 anos

CONCLUSÕES

Os resultados alcançados pelo estudo de jurimetria confirmam que o artigo 19 do Marco Civil da Internet produziu os impactos positivos desejados pelo legislador

- Prevenção de aproximadamente **6.000** conflitos ao longo dos últimos **5 anos**
- Queda de até **45%** no tempo de duração dos processos
- Expressiva **queda na taxa de recorribilidade**

O Marco Civil atingiu as principais metas que se espera de uma reforma legislativa de um sistema que envolve o delicado equilíbrio entre direitos individuais e liberdades públicas: **incentivou a desjudicialização sem restringir direitos**, preveniu litígios frívolos e tornou as ações judiciais remanescentes mais rápidas e efetivas